Modelo deliberativo e associativo democrático ambiental: protagonismo do Brasil e seu papel no cenário mundial, no século XXI

Autor(res)

Evanilde Dos Santos Carvalho
Patrícia Mara De Lima Müller Ferreira

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

O modelo deliberativo e associativo engloba o desenvolvimento sustentável e exprime o crescimento econômico, conservação ambiental e social. Busca-se o progresso econômico da sociedade condicionado na importância dos recursos ambientais para as atividades produtivas e que este crescimento não pode estar dissociado do “Futuro em comum”,(BRUNDTLAND 1991). Para especialistas em meio ambiente, o Brasil tem capacidade de liderar a formação de um mercado internacional de carbono, através do crescimento da vegetação, preservação e restauração da floresta, sendo uma das maneiras mais eficazes de capturar e armazenar gás carbônico. Contudo para que haja um Estado de Direito Ecológico é preciso ir além da racionalidade jurídica, política e formalismos democráticos, devendo ter participação de toda sociedade. Desta forma, a pesquisa visa discorrer sobre a regulamentação do mercado de carbono, desafios, projetos de conservação e tendências.

Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo examinar os possíveis elementos que podem emergir da construção de uma política democrática ambiental. Quais são as limitações entre democracia deliberativa e associativa para uma sustentabilidade efetiva e medidas a serem implementadas para que o Brasil se destaque como potência ambiental e sustentável.

Material e Métodos

O trabalho estará pautado em pesquisa doutrinária, artigos, anais, debates e estudos de casos.
A Lei nº 6.938/81 que delineou tanto o objeto quanto os objetivos que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
A Constituição Federal de 1988 que consagrou definitivamente a importância do meio ambiente como direito fundamental da pessoa humana.
Decreto Presidencial nº 11.075, de 19 de maio de 2022, na regulamentação do mercado de carbono, desafios, projetos de conservação e tendências.

Resultados e Discussão

Sustentabilidade está diretamente relacionada ao conceito de desenvolvimento e implica promoção de ações no

âmbito social, econômico e social. Para que haja a concretização dos objetivos e que tragam soluções eficazes é necessário discussão profunda. Segundo, a autora Julia Marisa Sekula, na obra Brasil: Paraíso Restaurável: "...O Brasil pode deixar um legado de liderança na sustentabilidade, mas que esse cenário mudou em magnitude e escopo". É enfático citar que mudanças climáticas não podem ser deixadas à margem. É necessário um Estado presente e atuante com vivência democrática e participativa. Para se criar um mercado sustentável com segurança e integridade, o Brasil precisa revisar questões regulatórias, assegurar governança e ter mecanismos quantitativos e qualitativos para se destacar como protagonista mundial.

Conclusão

O tema é amplo e não se esgota nesse estudo. O intuito é o de propiciar uma reflexão crítica sobre a Sustentabilidade, limitações e avanços para o século XXI. Os modelos democráticos podem e devem constituir-se em diretrizes e bases para uma política democrática e sustentável. As alterações climáticas é um alerta para o Brasil e para o mundo. Seja o Brasil como cita o Brundtland, "democracia e sustentabilidade para que seja concretizada, não pode ser realizada sem uma profunda reformulação."

Referências

BRUNDTLAND, G. H. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva. São Paulo: UNESP, 1997.
GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
LEIS, H. R. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo e Recife: Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
SEKULA, J.M. et. al. Brasil: Paraíso restaurável. São Paulo: Ed. Estação Brasil, 2020.